



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ata da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

Às 9h30, do dia 7 de dezembro de 2011, no Edifício Sede do CENAFLO, em Brasília, Capital Federal, após constatado o quórum, deu-se início à 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Antônio Carlos Hummel, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro e Vice-Presidente da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Antônio Carlos Hummel (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Antônio Fernando Cecchi (Ministério da Defesa – MD), Adriana Margutti (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Marcos Antônio P. de Oliveira da Silva (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Henrique Nascimento (Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT), Carlos Eduardo Portella Sturm (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – Incra), Milton Kanashiro (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), Antônio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema), Moysés Benarrós Israel (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Benony Pereira Mamede (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira filiados à CUT – COMTICOM), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), e José de Arimatéa Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC). Todos os membros presentes manifestaram-se pela aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária da CGFLOP.

Também estiveram presentes Paulo Maier e Carlos Eduardo dos Santos representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, e Ludmila Silva, representante da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, além dos Diretores do Serviço Florestal Brasileiro, Marcus Vinicius da Silva Alves, Cláudia de Barros e Azevedo Ramos e Joberto Veloso de Freitas.

1º PONTO DE PAUTA: PRÉ-EDITAL DE CONCESSÃO DA FLORESTA NACIONAL DE AMANA

O SR. MARCELO ARGUELLES (Gerente Executivo de Concessão Florestal do SFB) – Apresentação do Pré-Edital de Concessão Florestal da Floresta Nacional de Amana disponível no *site* do Serviço Florestal Brasileiro www.florestal.gov.br.

O SR. MARCOS ANTÔNIO (MPOG) – Questiona se, no critério geração de emprego pela concessão florestal, dentro dos indicadores, seria possível mudar a redação de tal forma a incluir também a renda, geração de empregos e renda pela concessão florestal.

O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB) – Responde que a equipe vem tendo uma discussão bastante intensa sobre esses indicadores e acabaram de reformular a resolução que os definia. Diz que a dificuldade na hora de definir tanto a redação como a parametrização desses indicadores é que se consiga ter um indicador que seja bastante objetivo e seja muito complexo de ser aferido em campo.

O SR. ANTÔNIO STROSKI (ABEMA) – Questiona qual o critério da redução de 25 para 20 m³/ha. Também gostaria de saber qual é a área líquida do edital todo para a efetiva exploração.

O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB) – Diz que o volume de exploração continua sendo o mesmo que é definido em Resolução do Conama, que estabelece 25 m³/ha para ciclo de corte de 30 anos e 30m³/ha para ciclo de corte de 35 anos. O que está sendo visto na prática da atividade de manejo é que as empresas que seguem a risca todas as prescrições do bom manejo florestal – os critérios de raridade, de seleção de espécies para corte, de APP – têm muita dificuldade de atingir esse limite legal. Isso foi estabelecido para que se possam ter parâmetros contratuais que sejam mais

adaptados e mais próximos da realidade operacional de campo. Contudo, se o concessionário for muito eficiente e se a floresta tiver o potencial produtivo também bom, ele pode chegar a 25m³, mas mesmo assim o cálculo do volume será feito para 20. Em relação à área efetiva de manejo, respondeu que a área da UMF 1 é de 22.500 ha, a da UMF 2 é de 98.000 ha e da UMF 3 é de 99.000 ha. Em torno de 25% são áreas que não possuem aptidão para atividade de manejo florestal ou possuem alguma restrição legal para isso.

O SR. MILTON KANASHIRO (Embrapa) – Quer saber como está o plano de manejo da Flona de Amana e das 5 Flonas mencionadas anteriormente com relação aos próximos editais. Também questiona se, ao se tentar fazer uma estimativa do preço único, houve algum trabalho junto às empresas sobre sua percepção sobre entrar numa concorrência quando teriam um preço único.

O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB) -. Detalha que a Floresta Nacional do Amana está com o seu Plano de Manejo aprovado, já em portaria, desde o início de 2010; na mesma situação, estão a Flonas de Crepori, do Jamanxim e de Trairão. A Floresta Nacional de Altamira muito em breve terá o plano de manejo aprovado, pois os estudos estão adiantados, em fase de revisão. Todo esse conjunto que fica na região da Br 163, de Itaituba para baixo, e está praticamente concluído em relação à elaboração dos planos de manejo. Em relação à questão do preço único, esclarece que esse foi um dos pontos, assim como o agrupamento, em que o SFB mais sofreu críticas por parte do setor privado. Em relação a agrupamento, nunca se conseguiu um consenso porque cada empresa, dependendo do seu nicho de mercado, tem uma avaliação diferente do valor de cada espécie. A adoção do preço único seria para pacificar essa discussão. Um estudo do Departamento de Engenharia Florestal da UnB fez uma avaliação desse preço único e percebeu-se que ele traz vários benefícios, não só na parte de precificação, mas também na parte de gestão, em que ele simplifica bastante o processo.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Diz que acredita que caberiam, bem tranquilamente, 2 ou 3 serrarias com capacidade de 400 m³/mês, de porte médio. Que isso significaria de 40 a 50 famílias fixadas nessa área produtiva durante 30 anos.

O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB) – Esclarece que a base de cálculo é de que uma serraria de porte médio consuma em torno de 50 m³ por dia, entre 10 e 12 mil m³ por ano, e essa área líquida de 220.000 ha é compatível com uma unidade industrial dessa. O que o SFB considera a área mínima para concessão é em torno de 30.000 ha, porque entendem que 30.000 ha é o que garante o ciclo contínuo de 30 anos para produção e suprimento de forma sustentável para uma indústria de porte médio. Essas áreas maiores seriam para indústria com duas ou três linhas, ou trabalhando em turnos dobrados de produção, ou trabalhando não só uma linha de serrados, mas outras linhas de produção, como laminado. A orientação seria de atração de investimento privados que pudessem gerar empregos e gerar economia no local. A parte de assentamento seria a parte de manejo florestal comunitário em áreas específicas, reservas extrativistas, outras unidades territoriais onde a comunidade tem a gestão direta sobre o recurso.

2º PONTO DE PAUTA: PLANO DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR 2012

A SRª. CLAUDIA RAMOS (SFB) - O Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar está no âmbito do MMA e do MDA e foi instituído por decreto, em 2009, como resposta a uma demanda da própria sociedade, principalmente dos movimentos sociais, em relação a um planejamento de diretrizes estratégicas para o manejo comunitário e familiar. Segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, quase 55% das florestas públicas está sob a posse de comunidades. O programa dita que anualmente serão estabelecidas as metas para aquele ano e seu orçamento, porém, com uma avaliação do que aconteceu nos planos anteriores, chegou-se à conclusão de que a estratégia do programa deveria ser mudada para metas de médio prazo. A partir da reunião do grupo gestor e da oficina que foi feita em outubro, foram definidas quais seriam as grandes metas que o programa deveria alcançar até 2015, reduzidas, basicamente, em 4 ações. Uma ação seria a integração entre as políticas públicas existentes e o programa de manejo florestal comunitário. A segunda ação seria a implantação de um programa de assistência técnica, continuada e sistêmica, com foco em manejo florestal comunitário, que ainda é bastante deficiente no quesito de foco nas atividades florestais. A terceira ação seria o fomento ao manejo florestal

comunitário por meio de instrumentos econômicos também como uma forma de incentivo a essa atividade. Por último, a habilitação das áreas para o manejo florestal comunitário, especificamente levando em consideração os requisitos legais para haver atividade florestal em assentamentos e unidades de conservação. Dentro desses 4 eixos, seriam desenvolvidas as metas até 2015 com cada instituição colocando as suas metas para cada uma dessas ações. O Plano deve ser apresentado à CGFLOP, que está ligado ao Serviço Florestal/MMA, e ao CONDRAF, que está ligado ao MDA. Não foi possível que todos os órgãos enviassem as suas metas para o Plano 2012 e provavelmente haverá um atraso na sua elaboração, pois é de se supor que as próximas reuniões dos Comitês só aconteçam a partir de março.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM (INCRA) – Diz que acredita que esse atraso pode ser benéfico para a elaboração do Plano, porque existem ações estratégicas que podem estar quebrando paradigmas. Cita a assistência técnica de viés florestal dentro de áreas comunitárias, que é uma ação nova dentro do Governo Federal e ainda não há uma expertise de adaptar ou criar novas metodologias de elaboração de chamadas públicas para contratação de assistência técnica florestal. Estão pensando em ações estruturantes, estratégicas para que possam chegar em 2015 com resultados efetivos e não aquele resultado em curto prazo e que está previsto dentro do orçamento ou do planejamento dos órgãos. Acredita que o INCRA não pode trazer a questão dos assentamentos de reforma agrária para dentro do contexto do Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário Familiar. Cita a importância dessa política de manejo florestal comunitário, considerando o tamanho das áreas e o ativo florestal gigantesco que está na mão de assentados de reforma agrária, de populações tradicionais e unidades de conservação de uso sustentável. Acredita que podem tomar o Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário como uma estratégia de prevenção e controle do desmatamento para combater a ilegalidade na exploração da madeira dentro dessas áreas.

O SR. PAULO MAIER (ICMBio) – O ICMBio publicou uma norma para manejo comunitário nas Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável e foi aprovado o primeiro plano de manejo dentro dessa norma. Há 75 unidades de conservação que são Resex, RDS ou Flonas com presença de populações tradicionais e a atividade de manejo madeireiro

obrigatoriamente tem que ser atividade complementar, não pode ser a principal. Concorda com o Sr Carlos Eduardo sobre que a maior dificuldade é a fragilidade das comunidades, não só na relação com o mercado, mas principalmente na gestão do negócio porque, embora as áreas e o direito de uso sejam do conjunto de famílias, não é o conjunto de famílias que toca o negócio. Diz que existem preconceitos sobre o manejo, do ponto de vista da suspeita de sustentabilidade, de que aquilo que é previsto não seja efetivamente executado e o preconceito com relação aos ganhos possíveis.

O SR. MILTON KANASHIRO (Embrapa) – Afirma que lhe parece que as metas agora passam a ser institucionais, integrando políticas relacionadas e que tenham aderência com manejo florestal. Quer saber como as coisas acontecerão e em que momento; e como toda essa reestruturação e a possível reestruturação do INCRA estão sendo contempladas nesse processo. Questiona o Sr Paulo Maier sobre a atividade de manejo dever ser complementar em unidades como RDS e Resex, pois acredita que têm algumas unidades que foram feitas para se aproveitar a floresta. Entende que a floresta é um foco de atuação e que quando se fala em manejo, fala-se em manejo madeireiro e não madeireiro. Defende que 80% das áreas devem ser manejadas e gerar renda.

A SR^a. CLAUDIA RAMOS (SFB) – Afirma que a reestruturação é muito importante para fugir dos problemas enfrentados nos planos passados. Que, em vez de pensar em nível operacional, é preciso pensar em nível estratégico, pois não importa para o programa saber como se vai capacitar, interessa que ao final tenha-se cumprido a meta que foi colocada.

O SR. PAULO MAYER (ICMBio) – Diz que o SNUC estabelece que nas Reservas Extrativistas a atividade de manejo florestal madeireiro seja complementar, mas que a razão de ser nas Resex em área de floresta é o uso de floresta. Acredita que não haja nenhuma Resex cuja principal atividade seja o manejo madeireiro, mas que em muitas o manejo madeireiro é fundamental para as famílias. A atividade econômica tem que ser mediada pelo plano de manejo da unidade e não é possível construí-lo imediatamente após a criação da unidade. Foi estabelecida a possibilidade de que o manejo ocorra em alguns casos em que não há o plano de manejo, entendendo que

essa atividade pode inclusive alimentar sua feitura identificando os potenciais e as estratégias de uso da floresta

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (MMA) – Acredita que, quando se faz a lei, ela pode conter armadilhas, como o conceito do que é complementar e preocupa-se muito com isso, porque, em tese, a lei diz que o comunitário não pode ter seu negócio e isso reflete um pouco de preconceito. Acha isso estranho, pois sabe que é possível uma Resex se transformar em grande produtora estruturada de madeira, como em outros países e também na Flona Tapajós, mas se aquilo fosse uma Resex não poderia. Isso é uma armadilha para todos e condena aquelas populações a uma miséria tutelada pelo próprio Estado.

O SR. ANTÔNIO STROSKI (ABEMA) – Sobre a questão do desmatamento, diz que lhe parece que estão conseguindo acelerar muito mais ações de comando e controle do que na verdade implementar essas alternativas de questão econômica para as comunidades rurais. Diz que a atividade florestal tem que ser o foco nessa questão de um plano de manejo florestal comunitário aprovado. A pouca orientação vem destacar ainda mais a questão de qualificação da assistência técnica e isso é muito sentido no Estado do Amazonas.

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Diz que poucos até agora foram treinados para o espírito de agregação de valor, para procurar diminuir o volume de matéria-prima e aumentar o espírito de agregação de valor a essa matéria-prima. É preciso reeducar e treinar as novas gerações de profissionais e de gestores para essa nova mentalidade. Principalmente entre os florestais, a floresta é vista pelo seu volume a disposição e pela capacidade de geração de produtos com o máximo de valor agregado. Então, é preciso quebrar esse paradigma, quanto menor o volume e maior o valor agregado a esse volume dentro da floresta ou na comunidade, mais futuro teremos em termos de sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental.

O SR. MILTON KANASHIRO (Embrapa) – Questiona a possibilidade de discussão sobre como o manejo de não madeireiros poderia beneficiar-se de programas para aquisição de alimentos e, com relação a escolas, também da aquisição de outros produtos provenientes de atividades das comunidades.

O SR. ELIZIÁRIO TOLEDO (CONTAG) – Afirma que não vê como se pode resolver o problema dos sistemas agroflorestais se não se trabalhar a ideia de agricultura junto porque, via de regra, as pessoas que moram nessas propriedades não são especificamente exploradoras dos recursos naturais, são agricultores. Questiona que tipo de transformação pode-se fazer a partir daí e que tipo de inserção se tem para mudar esse quadro.

A SRª. CLÁUDIA RAMOS (SFB) – Afirma que é preciso uma fórmula nova, pois, às vezes, fica-se batendo em coisas que são antigas e não se consegue avançar. Diz que há falha na extensão pública por não se poder dar condições e fomentar situações em que o produtor tenha acesso à extensão que ele quer, ele só tem acesso à que lhe é oferecida. Não é contra a extensão pública, acha que ela deve existir, mas acha que as pessoas têm que ter condições de escolher a extensão que elas querem e, com isso, muitas vezes têm que contratar e, ao fazer isso, você tem que dar outras fórmulas, outros tipos de fomento que levem aquele produtor a ter condições de ter um capital inicial, um fomento inicial para que possa ir ao mercado e contratar a extensão que ele precisa. Diz que cada instituição representada na CGFLOP tem um papel muito importante nessa área florestal e precisa se perguntar como pode fazer diferente, obviamente com parcerias de outras instituições. Diz que todos estão interessados que no final se mantenha a floresta e que a floresta dê renda.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (MMA) – Diz que o PPCEDAM, que é o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, está deficiente nessa área de fomento as atividades produtivas.

3º PONTO DE PAUTA: ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

O SR. HUMBERTO MESQUITA (Gerente Executivo de Cadastro do SFB) – Apresentação da Atualização do Cadastro Nacional de Florestas Públicas disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro www.florestal.gov.br

O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF) – Quer mais detalhes sobre a informação divulgada pelo Ibama de que haviam 49 tipos florestais, e que agora parecem ser 58.

O SR. JOBERTO (SFB) – Explica que, no âmbito do Inventário Florestal Nacional, há a necessidade de estabelecer o que é floresta. Que trabalharam muito com a definição da FAO, mas essa definição é muito simples, baseia-se na área mínima, altura da floresta e porcentagem de cobertura do dossel. Então foi estabelecida no IFN uma equivalência entre as tipologias do IBGE e aqueles que se enquadram nessas definições internacionais, sendo harmônico com outros sistemas de informação, como o Cadastro. A equivalente da classificação do IBGE foi revisada com essas definições internacionais, com ajuda do próprio IBGE.

O SR. CARLOS EDUARDO (INCRA) – Diz que há alguns projetos de assentamento que são das categorias citadas que não foram listados. Dispõe a Coordenação de Meio Ambiente do Incra para fazer essa interlocução e também uma revisão de como estão os dados literais, que vão acompanhando a tabela de atributos. Diz que tem uma atualização muito boa e pode contribuir.

O SR. ANTÔNIO STROSKI (ABEMA) – Relata que houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas sobre uma proposição do ICMBio de transformar a Floresta Nacional de Maués em uma Estação Ecológica. Diz que há um certo descontentamento com esse processo, pois, exatamente nessa região, do ponto de vista de aproveitamento madeireiro daquela floresta, ela tem uma produtividade melhor do que em outras regiões do Estado e há uma grande preocupação da levar a oportunidade de emprego e renda para as comunidades do interior do Estado.

4º PONTO DE PAUTA: FUNDO DE INVESTIMENTO FLORESTAL (FIP) NO ÂMBITO DO BANCO MUNDIAL

A SRª. LUDMILA SILVA (Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda) - Apresentação sobre o Fundo de Investimento Florestal disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro www.florestal.gov.br

O SR. JOBERTO (SFB) – Explica que estão construindo uma proposta nacional para o programa, para a obtenção de 50 a 70 milhões que serão utilizados em três eixos que estão sendo determinados. Essa proposta está sendo construída há alguns meses e existe um Comitê Técnico composto por diferentes Ministérios: MF, MMA, MAPA e MCTI. O Serviço Florestal participa desse Comitê Técnico e propõe ações que estão dentro do Eixo 2, que são para manejo de florestas comunitárias e habilitação de florestas públicas; e do Eixo 3, no que se refere ao fortalecimento do Sistema Nacional de Informações Florestais e à implementação do Inventário Florestal Nacional.

O SR. MILTON KANASHIRO (EMBRAPA) – Pergunta qual a composição do Comitê Técnico.

A SRª. LUDMILA SILVA (MF) – Diz que o Comitê é composto por um representante de cada instituição. Elvison Ramos, do Mapa; Gustavo Mozer e Mário Yano, da Embrapa; do Ministério da Fazenda Artur Cardoso Lacerda e ela é a suplente; do Ministério da Ciência e Tecnologia, Mercedes Bustamante e Nádia Nascimento é a suplente; do Ministério do Meio Ambiente, pelo SFB, Joberto Veloso e o suplente é o Daniel Tristão; e do MMA, pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambienta, Karen Suassuna e o suplente é Mauro Pires.

O SR. MILTON KANASHIRO (Embrapa) – Quer saber se os projetos serão submetidos a um edital ou se serão mais dirigidos a determinadas instituições dentro de cada Eixo.

A SRª. LUDMILA SILVA (MF) – Explica que, neste momento, o que está sendo feito é o Plano de Investimentos, que tem que estar em linha com a Política Nacional de RED ou a Política Nacional de Mudanças Climáticas, e no caso brasileiro não há estratégia nacional de RED. Nesse momento, o que está sendo identificado pelas áreas é como esses recursos do FIP podem realmente alavancar as políticas que ainda estão com alguns gargalos. Pelo menos em princípio, a idéia não é um balcão de projetos, é a estratégia e o Plano de Investimentos é uma estratégia para a utilização dos recursos.

O SR. JOBERTO (SFB) – Diz que, nesta fase, o grupo tem que demonstrar, em poucas palavras, como a proposta brasileira se alinha aos objetivos, critérios e

pressupostos do programa de investimento. Então, o esforço é em conquistar uma aprovação para a proposta brasileira. É muito importante demonstrar que todos esses eixos e os seus projetos estão alinhados com os critérios do FIP, mas que mostram também uma coordenação nacional. No segundo momento, haverá espaço para detalhar os projetos, inclusive como será a aplicação dos recursos, se eventualmente houver projetos diferentes, diferentes formas de execução, diferentes organismos financeiros para fazer gestão dos recursos, provavelmente o BID e o Banco Mundial.

INFORME: BOSQUES MODELO

O SR. JOBERTO - Diz que o Serviço Florestal Brasileiro participa de uma rede ibero-americana de bosques modelo, de florestas modelo. Florestas modelo são áreas geograficamente muito bem definidas, mas muito grandes, que contém entidades representativas da paisagem no seu interior. Não se trata só de Unidades de Conservação ou só de assentamentos. É tudo o que há dentro de um território e caracteriza-se por um trabalho de diferentes instituições ou organizações sociais, trabalhando com uma visão comum e informal dentro de alguns princípios, que são os princípios da rede como associação, o trabalho como uma visão de paisagem, um compromisso muito forte com a sustentabilidade, com a governança e que estabelece um programa de atividades bem definidas que deve ser seguido rumo a sustentabilidade, além de um forte componente de trabalho em rede. Essa rede ibero-americana faz parte de uma rede internacional de floresta modelo que existe em 5 continentes, com cerca de 50 florestas modelos. O conceito surgiu no Canadá, na década de 90, por conta de conflitos relacionados aos recursos florestais e a terra, a solução para isso seria a criação dessas florestas modelo. O termo ganhou proporção com a Rio 92 e hoje há 50 bosques modelo pelo mundo. No Brasil há apenas duas, em Minas Gerais, e foram constituídas com o apoio e a liderança o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Em junho de 2010, o Serviço Florestal passou oficialmente a fazer parte dessa rede e tem trabalhado na disseminação do conceito e na identificação de regiões potenciais para a criação desses bosques modelo. Foram identificadas duas, uma na região da BR 163 e outra, que está sendo trabalhada pela Embrapa Florestas, na região de Caçador em Santa Catarina. Diz que haverá uma apresentação mais detalhada na próxima reunião da CGFLOP.

O SR. MILTON KANASHIRO (Embrapa) – Pergunta qual é a floresta no Tapajós.

O SR. JOBERTO – Explica que não se trata de uma floresta, é um território; não se trata de uma FLONA, de um assentamento, de uma concessão, de uma floresta pública não destinada, é uma região dentro da qual existem todas as entidades representativas da paisagem. Então pode ter agricultura, Unidade de Conservação, assentamento, mineração, pode ter tudo isso é preferível que tenha tudo isso. O conceito do bosque modelo é trabalhado por essas diferentes instituições de modo que a paisagem vá tornando-se uma paisagem de floresta modelo rumo a um conceito comum de sustentabilidade. Por isso ele é muito interessante, porque geralmente há uma instituição preocupada só com a área sob a sua responsabilidade, mas nem sempre há uma conexão com as outras formas de gestão dos territórios havendo conflitos e discrepâncias. Esse conceito de bosque modelo pode ser interessante para trabalhar as relações interinstitucionais e também tem um componente muito forte em termos das organizações sociais de base.

O SR. MARCUS VINICIUS (SFB) – Agradece a presença de todos e encerra a reunião.